

História da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia

JOANA SALÉM

São Paulo: Alameda, 2017. 388p.

*Fabio Luis Barbosa dos Santos**

O livro de Joana Salém Vasconcelos contribui para uma tarefa em aberto da intelectualidade orgânica latino-americana: consolidar análises críticas sobre temas de relevância política, anguladas pela necessidade histórica de superar o subdesenvolvimento. Situa-se na antítese da tendência acadêmica dominante no Brasil e em outras partes, em que prevalece a prática de uma história cultural descolada das questões estruturais que perpetuam a dependência, inclusive intelectual. Ao referenciar sua análise em autores como Celso Furtado e Florestan Fernandes, a autora milita por um pensamento próprio para problemas próprios, distanciando-se do colonialismo cultural.

A pesquisa assume como premissa fundamental “que a Revolução Cubana foi, antes de tudo, uma revolução contra o subdesenvolvimento” (p.16). O enfoque da questão agrária se justifica sob esse prisma: é um recorte privilegiado para examinar os impasses da revolução em um país agrário na periferia do capitalismo, no contexto da Guerra Fria.

A obra reconstitui as linhas gerais da história econômica de Cuba, para então examinar a questão agrária entre o início da revolução e a malograda safra açucareira de 1970, que, segundo a autora, constitui um ponto de inflexão na trajetória

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo.
E-mail: faboroso@gmail.com.

cubana. Três dimensões são enfatizadas: o regime de propriedades, o regime de cultivos e o regime de trabalho. A reforma agrária emerge como um processo dinâmico, que se desdobra em diferentes movimentos – ou sucessivas reformas agrárias, inscritas na *démarche* revolucionária.

Assim, a despeito da moderação inicial de uma política que preservou a grande propriedade produtiva e “considerava aceitável o capitalismo na agricultura” (p.113), a reação contrarrevolucionária levou o governo a uma segunda reforma, extirpando a propriedade privada. Já no final dos anos 1960, quando maturava a inserção cubana na divisão internacional do trabalho socialista, o campesinato é alvo de uma nova política orientada a potencializar a exportação açucareira. No conjunto, a dinâmica agrária expressa os movimentos da revolução.

A análise está embasada em trabalho de campo e em pesquisa bibliográfica consistente, apresentada em um texto claro, embora por vezes excessivamente adjetivado. Mais importante do ponto de vista político, a reflexão é permeada pelos dilemas que desafiaram a Revolução Cubana e outras experiências orientadas pelo socialismo no século passado: planejamento x iniciativa privada; empresas estatais x cooperativismo; incentivos morais x recompensas materiais; eficiência x igualitarismo, entre outros.

A todo momento, o leitor é remetido à especificidade da revolução periférica. A extraordinária mudança desencadeada pela revolução se defronta com entraves objetivos e subjetivos para superar a herança colonial, em todos os planos. Aprendemos que a diversificação agrícola decorrente do bloqueio estadunidense iniciado em 1960 resultou em uma desorganização da produção. Por outro lado, quando o processo se inclinou a utilizar as divisas açucareiras para a industrialização substitutiva, os déficits comerciais se agravaram, pressionando pela aproximação com os soviéticos. No plano das relações de trabalho, relata-se que a maioria absoluta dos trabalhadores rurais optou por trabalhar em granjas estatais em vez de constituir cooperativas. Ao mesmo tempo, a revolução se defrontou com escassez de força de trabalho nos canaviais, labuta pesada e degradante à qual poucos cubanos desejavam retornar. Nesse contexto, empresas estatais enfrentaram dificuldades para disciplinar o trabalho. Como lembra Florestan Fernandes, constata-se que não se pode superar séculos de colonialismo em poucas décadas de revolução.

Ao longo do livro, uma diversidade de temas instigantes relacionados à Revolução Cubana são aludidos, entre os quais: os interesses materiais que sustentavam Batista, além dos negócios do próprio ditador; o modo como a adesão formal ao socialismo em abril de 1961 incidiu na adoção de referenciais marxistas, em uma revolução originalmente nacionalista; as ambiguidades e o distanciamento da Cepal frente a um processo que, ao concretizar os ideais pregados por essa instituição, se orientou contra o capitalismo. No conjunto, a pesquisa leva o leitor a refletir sobre os dilemas do socialismo na periferia – subtítulo apropriado da obra. Nesse espírito, problematizo sumariamente algumas questões que derivam da análise apresentada.

A autora endossa o argumento, praticamente unânime em Cuba, da aproximação com a União Soviética nos anos 1970 como uma necessidade: a dependência

necessária para preservar a independência, como afirma um dirigente citado. Recorre-se à noção de “revolução insertada” avançada pelo salvadoreño Schafik Hándal, remetendo ao contexto regional hostil que pressionou Cuba à aliança soviética, visando assegurar defesa militar e divisas. No entanto, como a autora também indica, essa aliança postergou o enfrentamento das contradições que caracterizam o subdesenvolvimento, que afloraram com o fim da União Soviética e o chamado “período especial”. Entendo que essa leitura deve ser problematizada porque se a aliança com os soviéticos era uma questão de sobrevivência, a revolução na periferia, sem amparo de uma potência, está de antemão condenada. Esse raciocínio é pertinente no plano econômico, em que o socialismo se projeta como a igualdade na abundância, e nos marcos da revolução mundial. Mas se aceito no plano político, implica a impossibilidade da revolução periférica, noção que a própria sobrevivência da revolução cubana desafia. A alternativa aos limites impostos pela base econômica é, em minha avaliação, a radicalização democrática: uma sociedade pautada pela igualdade substantiva, antitética à concentração da riqueza, mas também às hierarquias no trabalho, na política, nas relações de gênero e raça. Como diz Martínez Heredia: uma sociedade referida a valores não somente opostos, mas diferentes daqueles do capitalismo.

Parece-me pertinente examinar em que medida a política agrária, referida ao movimento da revolução, contribuiu nesse sentido. Porque a aproximação com os soviéticos não foi fruto apenas da necessidade; também expressa uma convicção. A Revolução Cubana partilhou do paradigma que refere o socialismo ao desenvolvimento das forças produtivas, afirmado e difundido com o triunfo da Revolução Russa. Sob esse prisma, me parece incorreto interpretar a adoção de práticas associadas aos soviéticos como uma espécie de imposição ou preço a ser pago nessa relação, como a autora sugere. Ao contrário, trata-se de expressão genuína da crença nas virtudes da trajetória soviética.

Entretanto, o paradigma soviético implicou a centralização estatal da economia, mas também da política e da cultura. Se essa centralização é necessária para defender a sociedade do imperialismo, ela também obsta a democratização ulterior da revolução. O mesmo Martínez Heredia sintetizou o dilema nos seguintes termos: como fazer um Estado forte, mas que não me coma?

A relação entre Estado e democracia é uma dimensão espinhosa da estratégia socialista, que permeou os impasses da Revolução Cubana no campo. Por exemplo: é compreensível que trabalhadores rurais herdeiros de um passado escravocrata desconfiem da autogestão, preferindo o emprego estatal. As condições para a emancipação do trabalho e do trabalhador precisavam ser construídas. Mas será que o protagonismo do Estado, referido ao paradigma do desenvolvimento das forças produtivas também no campo, militou nessa direção?

No século XXI, a Revolução Cubana continua mobilizando a inteligência e a criatividade dos intelectuais comprometidos com a mudança no continente, como demonstra esse excelente livro.